



6286482



08004.000549/2018-11



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

EXERCÍCIO 2017

Com o objetivo de facilitar o efetivo controle social das atividades desenvolvidas pelo Setor Público Federal, apresentamos as **Demonstrações Contábeis** do Órgão Ministério da Justiça, elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Esclarecemos que os demonstrativos contábeis abaixo foram extraídos considerando o Patrimônio Indígena, que não está incluído no Orçamento Fiscal da Seguridade Social - OFSS, porém, pertence ao Ministério da Justiça.

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

BALANÇO FINANCEIRO

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	30000 - MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANÇA PUBLICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	30000 - MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANÇA PUBLICA
EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	25/04/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	2.817.986.431,88	2.830.886.068,37	Despesas Orçamentárias	14.353.159.082,45	13.246.534.299,31
Ordinárias	510.034.405,94	368.881.238,01	Ordinárias	8.420.605.222,31	6.819.817.965,76
Vinculadas	2.415.201.701,72	2.553.253.915,03	Vinculadas	5.932.553.860,14	6.426.716.333,55
Seguridade Social (Exceto RGPS)	7.132.717,31	3.557.640,16	Educação		1.217.494,13
Alienação de Bens e Direitos	6.275.396,91	6.983.400,76	Seguridade Social (Exceto RGPS)	2.822.504.173,45	1.551.559.355,61
Doações	18.952.850,99	855.362,06	Operação de Crédito	1.238.320.679,65	2.371.130.570,69
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.712.551.877,31	1.686.503.192,48	Doações	25.881.775,36	935.949,50
Outros Recursos Vinculados a Fundos	670.288.859,20	855.354.319,57	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.572.762.761,15	1.248.282.824,45
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-107.249.675,78	-91.249.084,67	Outros Recursos Vinculados a Fundos	273.084.470,53	1.253.590.139,17
Transferências Financeiras Recebidas	40.077.171.492,23	36.615.785.671,46	Transferências Financeiras Concedidas	29.330.744.468,76	26.810.417.819,20
Resultantes da Execução Orçamentária	37.352.250.346,66	33.667.986.362,63	Resultantes da Execução Orçamentária	24.875.715.925,97	22.481.299.046,32
Cota Recebida	12.677.937.864,24	11.215.838.303,57	Repassé Concedido	11.988.870.467,56	10.591.686.850,91
Repassé Recebido	11.818.121.695,56	10.562.605.451,76	Sub-repassé Concedido	12.820.418.756,29	11.879.605.466,41
Sub-repassé Recebido	12.820.418.756,29	11.879.605.466,41	Cota Devolvida	30.654.671,55	69.588,11
Repassé Devolvido	20.366.221,20	684.905,09	Repassé Devolvido	20.366.221,20	684.905,09
Sub-repassé Devolvido	15.405.809,37	9.252.235,80	Sub-repassé Devolvido	15.405.809,37	9.252.235,80
Independentes da Execução Orçamentária	2.724.921.145,57	2.947.799.308,83	Independentes da Execução Orçamentária	4.455.028.542,79	4.329.118.772,88

Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.282.403.232,25	2.736.442.169,86	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.705.166.450,99	1.784.459.477,04
Demais Transferências Recebidas	57.564.344,94	17.825.154,44	Demais Transferências Concedidas	42.732.112,51	10.803.526,58
Movimentação de Saldos Patrimoniais	259.321.496,04	193.531.984,53	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.687.813.940,02	2.533.855.769,26
Movimentações para Incorporação de Saldos	125.632.072,34		Movimentações para Incorporação de Saldos	19.316.039,27	
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.422.663.010,14	1.353.125.217,38	Despesas Extraorçamentárias	1.359.313.442,02	1.293.290.609,14
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	30.197.762,06	54.317.188,83	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	107.577.964,55	132.987.272,50
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.342.997.201,93	1.242.089.307,80	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.158.915.522,80	1.150.626.403,61
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	45.970.553,35	55.324.668,84	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	90.546.210,11	8.755.586,25
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.497.492,80	1.394.051,91	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.273.744,56	921.346,78
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	10.964,84		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		2.890,16
Restituições a Pagar	197.252,38		Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		30.944,54
Passivos Transferidos		96.593,22	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	2.273.744,56	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	1.282,44	11,19	Demais Pagamentos		887.512,08
Arrecadação de Outra Unidade		1.297.447,50			
Demais Recebimentos	3.287.993,14				
Saldo do Exercício Anterior	2.266.705.012,15	2.817.150.782,59	Saldo para o Exercício Seguinte	1.541.308.953,17	2.266.705.012,15
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.266.705.012,15	2.817.150.782,59	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.541.308.953,17	2.266.705.012,15
TOTAL	46.584.525.946,40	43.616.947.739,80	TOTAL	46.584.525.946,40	43.616.947.739,80

BALANÇO PATRIMONIAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	30000 - MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANÇA PUBLICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR	30000 - MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANÇA PUBLICA
EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	25/04/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	1.844.542.848,99	7.366.802.366,30	PASSIVO CIRCULANTE	218.000.398,47	312.413.732,41
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.541.308.953,17	2.266.705.012,15	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	49.684.937,86	15.120.562,01
Créditos a Curto Prazo	17.846.687,98	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	17.846.687,98		Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	17.889.849,38	19.866.895,10
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	209.736.331,16	5.024.844.400,74	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.022,32	5.603,95
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	75.642.955,18	75.240.354,32	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	7.921,50	12.599,09	Demais Obrigações a Curto Prazo	150.423.588,91	277.420.671,35
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	103.858.912.144,20	97.094.959.603,54	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	129.492,42	131.536,04

Ativo Realizável a Longo Prazo	211.851.264,42	9.613.672,54	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	191.863.204,58	7.670.026,83	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	191.863.204,58	7.670.026,83	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	478,48
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	19.988.059,84	1.943.645,71	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	39.165,98	39.165,98
Investimentos	22.124,14	22.124,14	Demais Obrigações a Longo Prazo	90.326,44	91.891,58
Participações Permanentes	73,64	73,64	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	0,35	0,35	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	218.129.890,89	312.545.268,45
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	73,29	73,29	-	-	-
Propriedades para Investimento	18.079,15	18.079,15			
Propriedades para Investimento	18.079,15	18.079,15	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	3.971,35	3.971,35	Demais Reservas	2.501.330,90	153.168.447,43
Demais Investimentos Permanentes	3.971,35	3.971,35	Resultados Acumulados	105.482.823.771,40	103.996.048.253,96
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultado do Exercício	7.062.303.351,11	7.278.208.381,88
Imobilizado	103.517.653.689,16	96.956.771.837,01	Resultados de Exercícios Anteriores	103.900.804.390,03	96.794.655.118,29
Bens Móveis	2.524.411.148,89	2.542.772.354,21	Ajustes de Exercícios Anteriores	-5.480.283.969,74	-76.815.246,21
Bens Móveis	3.165.548.277,23	3.084.605.988,54	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-641.137.128,34	-541.833.634,33	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	105.485.325.102,30	104.149.216.701,39
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	100.993.242.540,27	94.413.999.482,80			
Bens Imóveis	101.005.533.218,65	94.418.135.765,79			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-12.290.678,38	-4.136.282,99			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	129.385.066,48	128.551.969,85			
Softwares	129.198.276,70	128.356.710,31			
Softwares	129.748.957,18	128.723.450,67			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-550.680,48	-366.740,36			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	186.789,78	195.259,54			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	186.789,78	195.259,54			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			

(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	105.703.454.993,19	104.461.761.969,84	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	105.703.454.993,19	104.461.761.969,84

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	1.541.386.780,16	2.266.782.839,14	PASSIVO FINANCEIRO	2.584.929.110,49	2.921.545.736,85
ATIVO PERMANENTE	104.162.068.213,03	102.194.979.130,70	PASSIVO PERMANENTE	51.725.940,62	15.855.012,64
			SALDO PATRIMONIAL	103.066.799.942,08	101.524.361.220,35

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	303.918.859,61	504.296.914,09	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.509.692.455,62	4.315.291.448,69
Execução dos Atos Potenciais Ativos	303.918.859,61	504.296.914,09	Execução dos Atos Potenciais Passivos	3.509.692.455,62	4.315.291.448,69
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	154.008.120,76	132.564.814,71	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	28.183,54	28.183,54
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	149.342.711,81	371.247.771,51	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	1.377.503.656,54	1.707.788.157,06
Direitos Contratuais a Executar	568.027,04	484.327,87	Obrigações Contratuais a Executar	2.132.160.615,54	2.607.475.108,09
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	303.918.859,61	504.296.914,09	TOTAL	3.509.692.455,62	4.315.291.448,69

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-716.143.649,47
Recursos Vinculados	-327.398.680,86
Educação	243.026,83
Seguridade Social (Exceto RGPS)	1.431.659,10
Operação de Crédito	-686.356.563,26
Alienação de Bens e Direitos	11.349.640,09
Previdência Social (RGPS)	300,00
Doações	73.189.273,70
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	99.030.088,81
Outros Recursos Vinculados a Fundos	173.719.019,15
Demais Recursos	-5.125,28
TOTAL	-1.043.542.330,33

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR	30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	25/04/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO

RECEITAS CORRENTES	2.657.729.041,84	2.657.729.041,84	2.811.940.384,76	154.211.342,92
Receitas Tributárias	598.383.457,00	598.383.457,00	894.705.449,64	296.321.992,64
Impostos	-	-	-	-
Taxas	598.383.457,00	598.383.457,00	894.705.449,64	296.321.992,64
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	343.064.757,00	343.064.757,00	384.434,94	-342.680.322,06
Contribuições Sociais	343.064.757,00	343.064.757,00	384.434,94	-342.680.322,06
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	383.702.360,41	383.702.360,41	201.389.645,50	-182.312.714,91
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	47.950.813,82	47.950.813,82	8.974.085,51	-38.976.728,31
Valores Mobiliários	335.751.546,59	335.751.546,59	192.415.559,99	-143.335.986,60
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	56.423.698,43	56.423.698,43	47.232.741,63	-9.190.956,80
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	56.423.698,43	56.423.698,43	47.232.741,63	-9.190.956,80
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	36.928.963,00	36.928.963,00	18.952.850,99	-17.976.112,01
Outras Receitas Correntes	1.239.225.806,00	1.239.225.806,00	1.649.275.262,06	410.049.456,06
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.206.480.357,00	1.206.480.357,00	1.317.015.160,34	110.534.803,34
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	387.458,00	387.458,00	199.550.580,27	199.163.122,27
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	26.376.680,00	26.376.680,00	46.581.378,12	20.204.698,12
Demais Receitas Correntes	5.981.311,00	5.981.311,00	86.128.143,33	80.146.832,33
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	6.046.047,12	6.046.047,12
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	6.046.047,12	6.046.047,12
Alienação de Bens Móveis	-	-	6.046.047,12	6.046.047,12
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.657.729.041,84	2.657.729.041,84	2.817.986.431,88	160.257.390,04
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	2.657.729.041,84	2.657.729.041,84	2.817.986.431,88	160.257.390,04
DEFICIT	-	-	11.535.172.650,57	11.535.172.650,57
TOTAL	2.657.729.041,84	2.657.729.041,84	14.353.159.082,45	11.695.430.040,61

DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	12.014.806.038,38	13.835.001.597,38	13.052.408.571,49	12.465.982.166,01	12.435.827.958,03	782.593.025,89
Pessoal e Encargos Sociais	8.610.761.991,00	10.432.375.933,00	10.336.344.816,99	10.324.911.593,81	10.324.846.373,12	96.031.116,01
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.404.044.047,38	3.402.625.664,38	2.716.063.754,50	2.141.070.572,20	2.110.981.584,91	686.561.909,88
DESPESAS DE CAPITAL	1.340.210.140,84	2.299.471.589,84	1.300.750.510,96	544.179.714,51	544.136.160,43	998.721.078,88
Investimentos	1.337.053.877,84	2.296.361.038,84	1.300.745.110,46	544.174.314,01	544.130.759,93	995.615.928,38
Inversões Financeiras	3.156.263,00	3.110.551,00	5.400,50	5.400,50	5.400,50	3.105.150,50
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	944.622.127,00	944.622.127,00	-	-	-	944.622.127,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	14.299.638.306,22	17.079.095.314,22	14.353.159.082,45	13.010.161.880,52	12.979.964.118,46	2.725.936.231,77
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	14.299.638.306,22	17.079.095.314,22	14.353.159.082,45	13.010.161.880,52	12.979.964.118,46	2.725.936.231,77
TOTAL	14.299.638.306,22	17.079.095.314,22	14.353.159.082,45	13.010.161.880,52	12.979.964.118,46	2.725.936.231,77

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	482.759.141,39	685.138.062,88	409.685.377,93	409.001.493,33	281.629.129,25	477.266.581,69
Pessoal e Encargos Sociais	17.950.289,07	71.493.766,19	25.362.994,10	25.345.377,95	24.391.041,17	39.707.636,14
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	464.808.852,32	613.644.296,69	384.322.383,83	383.656.115,38	257.238.088,08	437.558.945,55
DESPESAS DE CAPITAL	949.143.403,21	609.799.003,55	752.575.940,91	749.914.029,47	207.185.314,28	601.843.063,01
Investimentos	947.725.152,60	609.799.003,55	752.575.940,91	749.914.029,47	205.767.063,67	601.843.063,01
Inversões Financeiras	1.418.250,61	-	-	-	1.418.250,61	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.431.902.544,60	1.294.937.066,43	1.162.261.318,84	1.158.915.522,80	488.814.443,53	1.079.109.644,70

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	7.583.929,31	9.723.228,24	8.208.611,04	775.884,32	8.322.662,19
Pessoal e Encargos Sociais	-	413.153,34	279.360,85	5.124,80	128.667,69
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7.583.929,31	9.310.074,90	7.929.250,19	770.759,52	8.193.994,50
DESPESAS DE	168.364.343,55	54.357.277,05	99.369.353,51	14.868.802,36	108.483.464,73

CAPITAL					
Investimentos	168.363.743,55	54.357.277,05	99.369.353,51	14.868.202,36	108.483.464,73
Inversões Financeiras	600,00	-	-	600,00	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	175.948.272,86	64.080.505,29	107.577.964,55	15.644.686,68	116.806.126,92

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	30000 - MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANÇA PUBLICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR	30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PUBLICA
EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	Anual
EMISSÃO	25/04/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	54.707.830.940,70	50.608.264.824,46
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	894.700.003,09	871.876.294,57
Impostos	-	-
Taxas	894.700.003,09	871.876.294,57
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	144.739,46	59.815,02
Contribuições Sociais	144.739,46	59.815,02
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	56.065.912,75	65.266.251,12
Venda de Mercadorias	26.777,78	120.283,90
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	56.039.134,97	65.145.967,22
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	207.340.864,98	358.511.833,26
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	3.048.965,41	2.666.803,95
Variações Monetárias e Cambiais	3.918.139,34	1.878.529,04
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	200.373.760,23	353.966.500,27
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	42.315.108.773,49	36.945.590.407,43
Transferências Intragovernamentais	41.966.731.667,44	36.670.742.154,88
Transferências Intergovernamentais	8.129.419,34	-
Transferências das Instituições Privadas	17.993.367,02	855.362,06
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	959.483,97	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	321.294.835,72	273.992.890,49
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	10.069.033.268,03	11.295.029.380,75
Reavaliação de Ativos	8.463.919.272,15	8.985.630.348,20
Ganhos com Alienação	28.673.495,91	15.464.640,48
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.561.230.930,88	581.347.912,34
Ganhos com Desincorporação de Passivos	15.209.569,09	1.712.586.479,73
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.165.437.378,90	1.071.930.842,31
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	259.193,09	157.701,60

Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.165.178.185,81	1.071.773.140,71
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	47.645.527.589,59	43.330.056.442,58
Pessoal e Encargos	6.935.549.759,32	5.862.853.223,39
Remuneração a Pessoal	5.488.883.909,09	4.600.686.814,03
Encargos Patronais	1.079.249.018,69	903.518.719,99
Benefícios a Pessoal	335.461.935,23	315.474.228,13
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	31.954.896,31	43.173.461,24
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.685.679.666,94	2.961.624.006,99
Aposentadorias e Reformas	2.658.499.055,53	2.072.974.130,47
Pensões	1.021.824.379,74	884.055.680,36
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.356.231,67	4.594.196,16
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.928.152.321,54	2.324.119.426,96
Uso de Material de Consumo	160.328.525,21	191.617.053,19
Serviços	1.595.154.746,97	1.980.354.079,49
Depreciação, Amortização e Exaustão	172.669.049,36	152.148.294,28
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	39.870.799,36	31.269.509,35
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	4.418.113,26	932.255,68
Variações Monetárias e Cambiais	6.224,36	12.828,61
Descontos Financeiros Concedidos	35.446.461,74	30.324.425,06
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	31.966.434.604,07	28.328.015.788,68
Transferências Intragovernamentais	30.669.625.075,09	26.858.151.468,02
Transferências Intergovernamentais	841.533.614,17	1.178.360.311,91
Transferências a Instituições Privadas	-	2.361.825,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	6.406.154,81	12.690.830,43
Execução Orçamentária Delegada a Entes	17.200,00	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	448.852.560,00	276.451.353,32
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.976.165.544,26	3.724.788.867,96
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	2.796.999.695,50	1.951.662.358,46
Perdas com Alienação	11.958.836,65	11.378.707,54
Perdas Involuntárias	3.882.517,74	1.623.244,59
Incorporação de Passivos	3.338,39	127.390.262,30
Desincorporação de Ativos	163.321.155,98	1.632.734.295,07
Tributárias	4.863.934,25	3.558.830,48
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.874.579,21	1.640.259,97
Contribuições	2.989.355,04	1.918.570,51
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	108.810.959,85	93.826.788,77
Premiações	7.990,00	60.000,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	1.400.771,62	2.472.198,50
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	107.402.198,23	91.294.590,27
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	7.062.303.351,11	7.278.208.381,88

REVISÃO ANALÍTICA

Neste tópico, apenas foi considerado os Órgãos do Ministério da Justiça pertencentes ao Orçamento Fiscal da Seguridade Social - OFSS.

Abaixo apresentaremos:

1. Balanço Patrimonial estendido;
2. Análises Horizontal e Vertical

BALANÇO PATRIMONIAL ESTENDIDO

30000 - Ministério da Justiça					
BALANÇO PATRIMONIAL - ESTENDIDO					
					R\$
ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO CIRCULANTE	1.808.735.479,91	7.320.394.455,31	PASSIVO CIRCULANTE	217.967.285,45	311.954.942,98
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.507.012.905,04	2.235.610.632,06	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto	49.684.937,86	15.120.562,01
Créditos a Curto Prazo	17.846.687,98	-	Pessoal a Pagar	49.647.294,23	15.104.404,28
Créditos Tributários a Receber	-	-	Benefícios Previdenciários a Pagar	6.018,93	4.041,93
Clientes	-	-	Benefícios Assistenciais a Pagar	5.689,78	5.803,80
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Encargos Sociais a Pagar	25.934,92	6.312,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Empréstimos a Curto Prazo - Interno	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	17.846.687,98	-	Empréstimos a Curto Prazo - Externo	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-	Financiamentos a Curto Prazo - Interno	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	209.724.329,96	5.011.024.789,09	Financiamentos a Curto Prazo - Externo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	17.875.878,23	19.440.519,37
Estoques	74.143.635,43	73.746.435,07	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	17.875.878,23	19.440.519,37
VPDs Pagas Antecipadamente	7.921,50	12.599,09	Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros	-	-
			Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.022,32	5.603,95
ATIVO NÃO CIRCULANTE	103.827.809.974,18	97.064.896.246,32	Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	2.015,54	1.024,29
Ativo Realizável a Longo Prazo	211.800.895,18	9.563.303,30	Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados	-	3.213,30
Créditos a Longo Prazo	191.863.204,58	7.670.026,83	Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	6,78	1.366,36
Créditos Tributários a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Clientes	-	-	Obrig. de Repartição a Outros Entes - Estados	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Obrig. de Repartição a Outros Entes - Municípios	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	191.863.204,58	7.670.026,83	Provisão para Riscos Trabalhistas	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-	-	Provisões para Riscos Fiscais	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	19.937.690,60	1.893.276,47	Provisão para Riscos Cíveis	-	-

Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Provisão para Repartição de Créditos	-	-
Estoques	-	-	Outras Provisões	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	150.404.447,04	277.388.257,65
Investimentos	22.124,14	22.124,14	Adiantamentos de Clientes	-	-
Participações Permanentes	73,64	73,64	Obrigações por Danos a Terceiros	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência	0,35	0,35	Arrendamento Operacional a Pagar	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	73,29	73,29	Debêntures e Outros Títulos de Dívida	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações	-	-	Dividendos e JCP a Pagar	-	-
Propriedades para Investimento	18.079,15	18.079,15	Depósitos de Instituições Autorizadas - BACEN	-	-
Propriedades para Investimento	18.079,15	18.079,15	Valores Restituíveis	10.743.175,08	10.756.807,73
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/	-	-	Outras Obrigações a Curto Prazo	139.661.271,96	266.631.449,92
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	129.492,42	131.536,04
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	-	-	Pessoal a Pagar	-	-
Demais Investimentos Permanentes	3.971,35	3.971,35	Benefícios Previdenciários a Pagar	-	-
Demais Investimentos Permanentes	3.971,35	3.971,35	Benefícios Assistenciais a Pagar	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest.	-	-	Encargos Sociais a Pagar	-	-
Imobilizado	103.486.601.888,38	96.926.758.849,03	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Bens Móveis	2.506.424.332,25	2.525.740.428,26	Empréstimos a Longo Prazo - Interno	-	-
Bens Móveis	3.147.524.951,31	3.067.551.244,29	Empréstimos a Longo Prazo - Externo	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	(641.100.619,06)	(541.810.816,03)	Financiamentos a Longo Prazo - Interno	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Financiamentos a Longo Prazo - Externo	-	-
Bens Imóveis	100.980.177.556,13	94.401.018.420,77	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	478,48
Bens Imóveis	100.992.468.234,51	94.405.154.703,76	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	-	478,48
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens	(12.290.678,38)	(4.136.282,99)	Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Intangível	129.385.066,48	128.551.969,85	Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	-	-
Softwares	129.198.276,70	128.356.710,31	Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados	-	-
Softwares	129.748.957,18	128.723.450,67	Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios	-	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares	(550.680,48)	(366.740,36)	Provisões de Longo Prazo	39.165,98	39.165,98
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-	Provisão para Riscos Trabalhistas	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	186.789,78	195.259,54	Provisões Matemáticas	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	186.789,78	195.259,54	Provisões para Riscos Fiscais	-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e	-	-	Provisão para Riscos Cíveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas,	-	-	Provisão para Repartição de Créditos	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	Outras Provisões	39.165,98	39.165,98
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	Demais Obrigações a Longo	90.326,44	91.891,58

			Prazo		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de	-	-	Adiantamentos de Clientes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de	-	-	Obrigações por Danos a Terceiros	-	-
Diferido	-	-	Debêntures e Outros Títulos de Dívida	-	-
Diferido	-	-	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
(-) Amortização Acumulada	-	-	Valores Restituíveis	90.326,44	91.891,58
			Outras Obrigações a Longo Prazo	-	-
			Resultado Diferido	-	-
			VPA Diferida	-	-
			Custo Diferido	-	-
			TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	218.096.777,87	312.086.479,02
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Patrimônio Social e Capital Social	-	-
			Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
			Reservas de Capital	-	-
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
			Reservas de Lucros	-	-
			Demais Reservas	2.501.330,90	153.168.447,43
			Resultados Acumulados	105.415.947.345,32	103.920.035.775,18
			Resultado do Exercício	7.058.688.512,29	7.275.955.673,86
			Resultados de Exercícios Anteriores	103.824.791.911,25	96.720.895.347,53
			Ajustes de Exercícios Anteriores	(5.467.533.078,22)	(76.815.246,21)
			Outros Resultados	-	-
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	105.418.448.676,22	104.073.204.222,61
TOTAL DO ATIVO	105.636.545.454,09	104.385.290.701,63	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	105.636.545.454,09	104.385.290.701,63

ANÁLISES HORIZONTAL E VERTICAL

Visão Geral				
Balanco Patrimonial	AH (%)	AV (%)	Balanco Patrimonial	Varição Monetária
Ativo Circulante	-75,29	1,71	Ativo Circulante	(5.511.658.975,40)
Ativo Não Circulante	6,97	98,29	Ativo Não Circulante	6.762.913.727,86
Total do Ativo	1,20	100,00	Total do Ativo	1.251.254.752,46
Passivo Circulante	-30,13	0,21	Passivo Circulante	(93.987.657,53)
Passivo Não Circulante	-1,55	0,00	Passivo Não Circulante	(2.043,62)
Patrimônio Líquido	1,29	99,79	Patrimônio Líquido	1.345.244.453,61
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1,20	100,00	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.251.254.752,46

Verifica-se que a maior parte do total do Ativo está contabilizada como "Ativo Não Circulante", representando 98,29% do seu total. Desse total, a maior parte é referente a bens imóveis, conforme tabela a seguir:

Análise Horizontal e Vertical							
Classificação Decrescente - AH				Classificação Decrescente - AV - Atual			
Posição	Ativo	AH (%)	AV (%)	Posição	Ativo	AV (%)	AH (%)
1	Dívida Ativa Não Tributária - LP	2401,47	0,18	1	Bens Imóveis	95,60	6,98

2	Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	953,08	0,02	2	Bens Móveis	2,98	2,61
3	(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens	197,14	-0,01	3	Caixa e Equivalentes de Caixa	1,43	-32,59
4	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-95,81	0,20	4	(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	-0,61	18,33
5	(-) Amortização Acumulada de Softwares	50,16	0,00	5	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,20	-95,81
6	VPDs Pagas Antecipadamente - CP	-37,13	0,00	6	Dívida Ativa Não Tributária - LP	0,18	2401,47
7	Caixa e Equivalentes de Caixa	-32,59	1,43	7	Softwares	0,12	0,80
8	(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	18,33	-0,61	8	Estoques - CP	0,07	0,54
9	Bens Imóveis	6,98	95,60	9	Dívida Ativa Não Tributária - CP	0,02	
10	Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-4,34	0,00	10			

Em decorrência da reavaliação dos Bens Imóveis, concentrados em sua maioria na Fundação Nacional do Índio-FUNAI, a conta *Fazenda, Parques e Reservas* representa 95,60% do total do Ativo Não Circulante.

Posição	Passivo	AH (%)	AV (%)	Posição	Passivo	AV (%)	AH (%)
1	Encargos Sociais a Pagar - CP	310,88	0,01	1	Outras Obrigações a Curto Prazo	64,04	-47,62
2	Pessoal a Pagar - CP	228,69	22,76	2	Pessoal a Pagar - CP	22,76	228,69
3	Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados	-100,00	0,00	3	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP	8,20	-8,05
4				4	Valores Restituíveis - CP	4,93	-0,13
5	Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	-99,50	0,00	5	Valores Restituíveis - LP	0,04	-1,70
6	Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	96,77	0,00	6	Outras Provisões - LP	0,02	0,00
7	Benefícios Previdenciários a Pagar - CP	48,91	0,00	7	Encargos Sociais a Pagar - CP	0,01	310,88
8	Outras Obrigações a Curto Prazo	-47,62	64,04	8	Benefícios Previdenciários a Pagar - CP	0,00	48,91
9	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP	-8,05	8,20	9			
10	Benefícios Assistenciais a Pagar - CP	-1,96	0,00	10			

A variação aumentativa de 228,69%, no exercício de 2017, refere-se à conta de *Pessoal a Pagar* em decorrência das provisões de *Férias a pagar* da Polícia Rodoviária Federal - PRF que não foram baixadas.

Posição	Patrimônio Líquido	AH (%)	AV (%)	Posição	Patrimônio Líquido	AV (%)	AH (%)
1	Ajustes de Exercícios Anteriores	7017,77	-5,19	1	Resultados de Exercícios Anteriores	98,49	7,34
2	Demais Reservas	-98,37	0,00	2	Resultado do Exercício	6,70	-2,99
3	Resultados de Exercícios Anteriores	7,34	98,49	3	Ajustes de Exercícios Anteriores	-5,19	7017,77
4	Resultado do Exercício	-2,99	6,70	4	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	
5				5			

Em 2017, houve um aumento, em relação à 2016, na conta de *Ajustes de Exercícios Anteriores* referente à contabilização de baixas de adiantamentos de transferências voluntárias, aprovação de convênios e reclassificação de saldos, reconhecimentos de dívidas, dentre outros.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2017, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (Órgão Superior 30.000) apresentou um saldo apropriado de R\$ 17,86 milhões relacionados com fornecedores e contas a pagar, referente apenas a obrigações a curto prazo. Observou-se que houve um decréscimo de 8,05% nesses valores a pagar, comparando-se o mesmo período de 2016.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 1.1 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Circulante	17.876	19.441	-8,05
Nacionais	17.876	19.441	-8,05
Estrangeiros	0	0	0

Não circulante	0	0,478	-100,00
Nacionais	0	0,478	-100,00
Estrangeiros	0	0	0
Total	17.876	19.441	-8,05

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017 extração: Tesouro Gerencial.

Os fornecedores e contas a pagar, todos de curto prazo, são provenientes de obrigações com fornecedores nacionais.

O decréscimo, evidenciado na Tabela 1.1 (8,05%), está relacionado a uma queda nas contratações em geral (**Nota Explicativa 2 - Obrigações Contratuais**), principalmente nas contratações de serviços no exercício de 2017, ocorrendo uma menor execução de pagamentos a fornecedores ao final do exercício, comparando-se o mesmo período no exercício de 2016.

Na continuação, apresenta-se a **tabela 1.2**, relacionando-se os fornecedores e contas a pagar por Órgão, com valores mais expressivos na data base de 31/12/2017.

Tabela 1.2 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão.

		R\$ milhares	
		31/12/2017	AV (%)
30108	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	6.618	37,02
30000	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	4.967	27,78
30802	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	3.743	20,94
Demais		2.548	14,25
Total		17.876	100,00

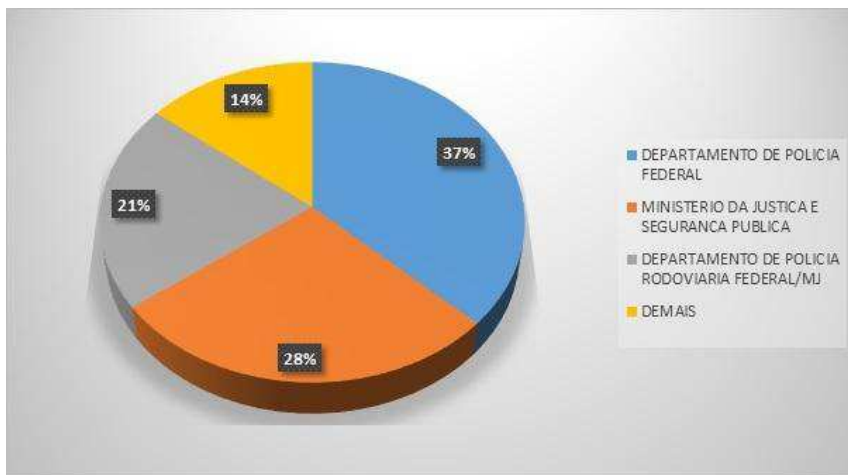
Fonte: SIAFI, 2017 extração: Tesouro Gerencial

Os Órgãos Departamento de Polícia Federal, Ministério da Justiça e Departamento de Polícia Rodoviária Federal, somados, são responsáveis por 85,75% do total a ser pago, enquanto que os demais Órgãos, ou seja, Fundação Nacional do Índio, Fundo Penitenciário Nacional, Fundo Nacional Antidrogas e Conselho Administrativo de Defesa Econômica representam apenas 14,25% dos valores apropriados a pagar.

Dos totais, em dezembro de 2017, o Departamento de Polícia Federal representa o maior percentual em apropriações em aberto para fornecedores e contas a pagar (37,02%).

A seguir, gráfico demonstrando a composição de Fornecedores e Contas a Pagar por Órgão:

Figura 1.1 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Órgão



Fonte: SIAFI, 2017 extração: Tesouro Gerencial

Na tabela a seguir, relaciona-se os 10 (dez) fornecedores mais significativos, com seus respectivos CNPJ's (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), unidades contratantes e saldo apropriado a pagar no âmbito do Ministério da Justiça, na data base de 31/12/2017. Verificou-se que o maior fornecedor foi a Steel Truck Indústria, Comércio e Serviços LTDA, com 24,69% de participação no total.

Tabela 1.3 – Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor e Unidade Contratante

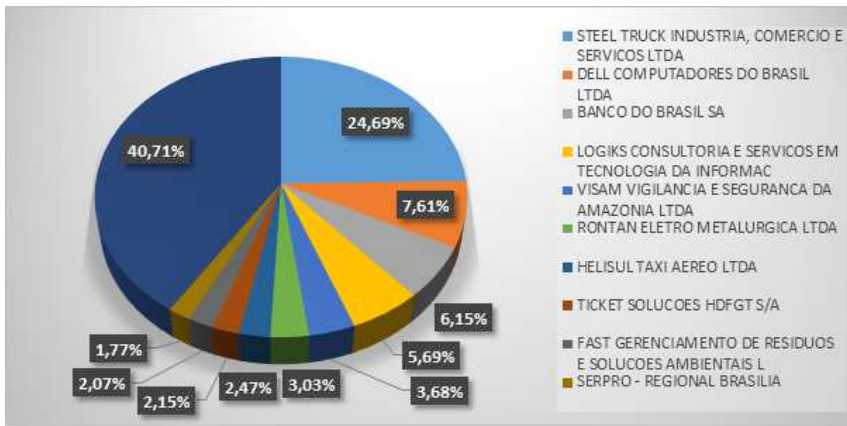
		R\$ milhares	
		31/12/2017	AV (%)
15.496.099/0001-31		4.413	24,69
STEEL TRUCK INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA		4.413	24,69
200330 . Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP		4.413	24,69
72.381.189/0006-25		1.360	7,61

DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	1.360	7,61
200342 . Coordenação de Tecnologia da Informação do DPF	1.360	7,61
00.000.000/00001-91	1.099	6,15
BANCO DO BRASIL SA	1.099	6,15
194035 . Funai – Sede – Brasília DF	94	0,53
194151 . Funai – Diretoria de Proteção Territorial	58	0,33
194152 . Funai – Diretoria de Promoção ao Desenv. Sustentável	490	2,74
200111 . S.R da Polícia Rodoviária Federal no Pará	193	1,08
200119 . S.R da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Sul	33	0,18
200123 . S.R da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande Norte	25	0,14
200124 . S.R da Polícia Rodoviária Federal no Maranhão	0	0,00
200126 . S.R da Polícia Rodoviária Federal no Espírito Santo	19	0,10
200128 . S.R da Polícia Rodoviária Federal no Mato Grosso do Sul	26	0,14
200235 . S.R da Polícia Rodoviária Federal no Acre	19	0,10
200386 . S.R da Polícia Federal no Pará	41	0,23
200388 . S.R da Polícia Federal no Maranhão	13	0,07
200402 . S.R da Polícia Federal no Amapá	65	0,37
200404 . S.R da Polícia Federal no Tocantins	23	0,13
07.696.132/0001-49	1.016	5,69
LOGIKS CONSULTORIA E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAC	1.016	5,69
200109 . Departamento de Polícia Rodoviária Federal	1.016	5,69
63.724.470/0001-18	657	3,68
VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA	657	3,68
200382 . S.R da Polícia Federal no Amazonas	657	3,68
62.858.352/0001-30	541	3,03
RONTAN ELETRO METALURGICA LTDA	541	3,03
200330 . Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP	541	3,03
75.543.611/0001-85	442	2,47
HELISUL TAXI AEREO LTDA	442	2,47
200109 . Departamento de Polícia Rodoviária Federal	442	2,47
03.506.307/0001-57	383	2,15
TICKET SOLUCOES HDFGT S/A	383	2,15
200111 . S.R da Polícia Rodoviária Federal no Pará	66	0,37
200118 . S.R da Polícia Rodoviária Federal no Paraná	193	1,08
200350 . S.R da Polícia Federal em Minas Gerais	0	0,00
200382 . S.R da Polícia Federal no Amazonas	125	0,70
15.351.310/0001-28	370	2,07
FAST GERENCIAMENTO DE RESIDUOS E SOLUCOES AMBIENTAIS L	370	2,07
200124 . S.R da Polícia Rodoviária Federal no Maranhão	188	1,05
200334 . Coordenação de Administração da Polícia Federal	182	1,02
803010	317	1,77
SERPRO - REGIONAL BRASILIA	317	1,77
200342 . Coordenação de Tecnologia da Informação do DPF	317	1,77
Resumo dos 10 maiores fornecedores	10.599	59,29
Demais fornecedores	7.277	40,71
Demais fornecedores	7.277	40,71
Total Geral	17.876	100,00

Fonte: SIAFI, 2017 extração: Tesouro Gerencial

A seguir, a representação gráfica dos dez fornecedores mais significativos.

Figura 1.2 - Fornecedores mais significativos



Fonte: SIAFI, 2017 extração: Tesouro Gerencial

Em relação aos 10 (dez) fornecedores mais significativos acima, eles representam 59,29% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) 15.496.099/0001-31 - STEEL TRUCK INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA: Contrato nº 15/2014 cujo objeto era a aquisição de 12 (doze) veículos de grande porte, tipo caminhão, equipados com canhão d'água para operações de controle de distúrbio civil. Valor retido em virtude apuração de penalidade no âmbito do processo 08131.003539/2015-21 (questão judicializada);

(b) 72.381.189/0006-25 - DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA: destina-se a aquisição de DOCKSTATIONS para compor solução ULTRABOOK (em complemento aos demais periféricos adquiridos e distribuídos nas unidades da Polícia Federal em todo território nacional). Processo de origem 2016PR00010.

(c) 00.000.000/00001-91 - BANCO DO BRASIL SA: cobrir despesas com passagens aéreas na UG 194152, no exercício de 2017, conforme contrato 01/2014, firmado entre MPOG e o Banco do Brasil, atendendo SPO nº 223/2017/SEAD/CGPC/DPDS-FUNAI, SEI 377057, Processo 08620.007646/2017-89.

(d) 07.696.132/0001-49 - LOGIKS CONSULTORIA E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: Serviços de suporte e desenvolvimento na área de tecnologia da informação e telecomunicação.

(e) 63.724.470/0001-18 - VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA: prestação de serviço de vigilância armada nas dependências da SR/DPF/AM e descentralizadas, conforme contrato 18/2013-SR/AM.

(f) 62.858.352/0001-30 - RONTAN ELETRO METALURGICA LTDA: contrato nº 08/2013 cujo objeto é a prestação de serviço sob demanda de Operação Assistida, que consiste no acompanhamento, auxílio, apoio e assistir a CONTRATANTE na operação, manutenção e administração do CICCM, quando solicitada, mantendo equipe técnica em quantidade suficiente para atender on-site e imediatamente as demandas. Retenção de pagamento solicitada no processo 08131.000714/2014-48, notas fiscais 423/24 e 13375/16.

(g) 75.543.611/0001-85 - HELISUL TAXI AEREO LTDA: Serviços de apoio técnico operacional para 6 aeronaves modelo BELL 407.

(h) 03.506.307/0001-57 - TICKET SOLUCOES HDFGT S/A: Serviço de fornecimento de combustíveis por intermédio de rede credenciada.

(i) 15.351.310/0001-28 - FAST GERENCIAMENTO DE RESIDUOS E SOLUCOES AMBIENTAIS L: Atender despesas com contratação de empresa de prestação de serviço apoio administrativo (Técnico secretariado) para a sede da SRPRF/MA e delegacia, pregão 10/2017 e processo SEI 08665.006626/2017-74.

(j) 803010 - SERPRO - REGIONAL BRASILIA: Atender contrato 08/2013 da CGTI / DPF. Processo origem: 2013DI000002.

Em relação aos 10 (dez) fornecedores, a seguir, são detalhadas algumas transações:

Quadro 1.1 – Fornecedores – Transações.

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
15.496.099/0001-31 STEEL TRUCK INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA	Pagamento das notas fiscais nº 85 e 136, em favor da empresa STEEL TRUCK Indústria, Comércio e Serviços LTDA, de acordo com o contrato nº 15/2014, cujo objeto é a aquisição de veículos de grande porte para operações de choque (antitumulto) e treinamento, no caso, a unidade entregue em Manaus/AM. Pagamento das notas fiscais nº 88 e 137, em favor da empresa STEEL TRUCK Indústria, Comércio e Serviços LTDA, de acordo com o contrato nº 15/2014, cujo objeto é a aquisição de veículos de grande porte para operações de choque (antitumulto) e treinamento, no caso, a unidade entregue em Fortaleza/CE.	R\$ 4.413.352,28	01AGO17

	Retenção de todo o valor líquido a pagar em razão da aplicação da penalidade de multa moratória e compensatória (R\$ 4.888.373,26). Esclarecemos que as liquidações foram emitidas na Unidade Gestora 200248 , desde o exercício de 2014, a exemplo dos documentos 2014NP000732, 2014NP000893, 2015NP000006, ambos com o pagamento realizado e os documentos 2015NP258, 2015NP259 2015NP000365, ambos pendentes de realização. Em julho de 2017, o valor pendente de pagamento foi transferido para a UG 200330/00001 em razão de encerramento das atividades da UG 200248/00001 , por meio do documento: 2017NS000772.		
72.381.189/0006-25 DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	Liquidação oriunda do documento hábil 2017NP000641, com a finalidade de efetuar o pagamento da nota fiscal 6705318, referente ao recebimento de 951 DOCKING STATIONS DELL pela SR/PF/RJ, conforme processo SEI 08206.000662/2017-31. 2016NE800322.	R\$ 618.150,00	07DEZ17
00.000.000/00001-91 BANCO DO BRASIL SA	Liquidação oriunda do documento hábil 2017NP000015, com a finalidade de efetuar o pagamento da fatura referente a aquisição direta de bilhetes de passagens aéreas por meio do cartão de pagamento do governo federal, número da conta cartão 93127995, período 27/11/2017 a 27/12/2017, conforme IP nº 1 (SEI 0454757).	R\$ 377.134,60	29DEZ17
07.696.132/0001-49 LOGIKS CONSULTORIA E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Liquidação referente à prestação de serviço na área de tecnologia da informação compreendendo elaboração de programa de computador sob encomenda NF. nº. 071, referente aos meses de agosto e setembro/2015 (custeio) valor sobrestado conforme despacho 682/15-CGAM constante no processo 08650.002780/2015-74, R\$ 124.549,08. 2017NS000027, 2017NP000021. Valor Adequado em janeiro.	R\$ 457.860,16	17JAN17
63.724.470/0001-18 VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA	Liquidação da NFS-e 6479, referente a prestação de serviços de vigilância armada na sede e descentralizadas, relativo ao mês de julho/2017, conforme contrato 18/2013 – SR/AM (Sem medição no SIASG).	R\$ 184.776,18	09NOV17
62.858.352/0001-30 RONTAN ELETRO METALURGICA LTDA	Esclarecemos que as liquidações foram emitidas na Unidade Gestora 200248 , desde o exercício de 2013. Em janeiro de 2015 foram emitidos os documentos abaixo relacionados, com a finalidade de regularizar a fonte 0177 para posterior pagamento dessas obrigações: 2015NS000003 – 2014NP000272 2015NS000004 – 2014NP000273 2015NS000159 – 2014NP000274 2015NS000160 – 2014NP000275 Em julho de 2017, o valor pendente de pagamento foi transferido para a UG 200330/00001 em razão de encerramento das atividades da UG 200248/00001 , por meio do documento: 2017NS000772.	R\$ 541.471,32	05JAN17 e 29JAN17
75.543.611/0001-85 HELISUL TAXI AEREO LTDA	Liquidação oriunda do documento hábil 2017np000703, com a finalidade de pagar as NFs 20174563, 20174624, 20174625, 20174735 à 20174744, 20174763 à 201720174781 e 20174864 (serviços) e 3695 à 3700, 3702, 3718, 3720 à 3726, 3742 à 3763, 3765 à 3771, 3779 e 3780 (peças) referente a manutenção preventiva, corretiva e apoio operacional das aeronaves bell 407 e ec 120, relativo aos meses de agosto/setembro de 2017. processo 08650.021344/2017-66.	R\$ 251.072,74	02OUT17
03.506.307/0001-57 TICKET SOLUCOES HDFGT S/A	Pagamento nota fiscal nr. 024167740, empresa ticket soluções HDFGT S/A, referente abastecimento da frota no mês de novembro/2017 - valor total r\$ 193.174,28, com desconto contratual no valor de R\$ 3.760,40	R\$ 193.174,28	21DEZ17
15.351.310/0001-28 FAST GERENCIAMENTO DE RESIDUOS E SOLUCOES AMBIENTAIS L	Liquidação doc. nota fiscal de serviços eletrônica - NFSE nr. 0002641, referente prestação de serviço de processamento de imagens por infração a legislação de trânsito, no período de 01 a 31.10.2017 (outubro) e retido a título de conta vinculada o valor de R\$ 12.176,10. Potencial.	R\$ 85.559,10	28NOV17
803010 SERPRO - REGIONAL BRASILIA	Lançamento referente a correção da NP pois foram lançados dois documentos hábeis conforme fatura 279918 mas o processo foi desmembrado, constante apenas a NF 49121 (justificativa contida no documento 2017NS000883, emitido pelo gestor da UG 200342).	R\$ 316.853,04	05MAI17

Fontes: SIAFI, 2017 extração: Tesouro Gerencial

O principal valor do grupo fornecedor e contas a pagar refere-se do fornecedor 15.496.099.0001/31 – STEEL TRUCK INDUSTRIA, COM.E SERV. LTDA. Cabe destacar que, conforme exposto no item (a) da figura 1.2 desta Nota Explicativa, foram retidos os valores pela **Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Unidade Gestora 200248 – SESGE)**, em virtude de apuração de penalidade (Processo 08131.003539/2015-21 - questão judicializada). Em 01 de agosto de 2017 todo o saldo referente a esse passivo foi transferido para a Secretaria Nacional de Segurança Pública – Unidade Gestora 200330 - SENASP/MJ através do documento 2017NS000772, em virtude de encerramento das atividades da SESGE (UG - 200248).

Nota 2 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2017, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (Órgão Superior 30000) possuía um saldo de R\$ 2,13 bilhões relacionados a obrigações contratuais, provenientes de parcelas de contratos a serem executados.

A seguir, apresenta-se a tabela 2.1, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos, destacando-se na última coluna a variação percentual entre os períodos.

Tabela 2.1 – Obrigações Contratuais – Composição.

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Aluguéis	146.878	68.129	115,59
Fornecimento de Bens	308.869	391.098	-21,03
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Seguros	1.098	165	566,33
Serviços	1.675.583	2.104.667	-20,53
Demais	1.738	42.573	-95,92
Total	2.131.166	2.606.631	-18,24

Fonte: SIAFI, 2017 extração: Tesouro Gerencial

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria (78,5%) do total das obrigações assumidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública - 30000 ao final de 31/12/2017.

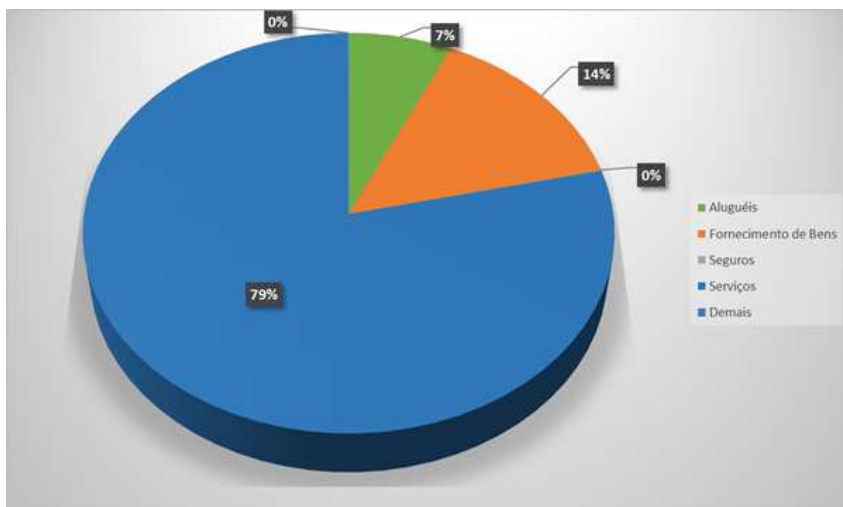
Com relação aos outros índices tem-se:

1. **Aluguéis**, crescimento de 115,59%, concentrado na Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN.
2. **Fornecimento de Bens** ocorreu decréscimo de 21,03%. As maiores quedas estão concentradas no Ministério da Justiça - MJ, Polícia Federal - PF e o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP.
3. Em **Seguros** houve crescimento de 566,33%, concentrado no Ministério da Justiça - MJ e o Fundo Penitenciário Nacional.
4. **Contratos De Serviços**, ocorrendo um decréscimo de 20,53%, detalhado nos itens a seguir desta Nota Explicativa.
5. A rubrica **Demais** são contratos referentes a acordos de transferências de recursos para organizações internacionais e o decréscimo de 95,92% está concentrado no Ministério da Justiça e Segurança Pública, Fundo Penitenciário Nacional e Fundo Nacional Antidrogas.

Todas as variações apresentadas na Tabela 2.1 são decorrentes de pagamentos pelos fornecimentos dos bens, renovações de contratos de alugueis e das baixas dos contratos encerrados.

Na Figura 2.1 a seguir, apresentamos a composição das **Obrigações Contratuais** no Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme Tabela 2.1:

Figura 2.1 - Obrigações Contratuais - Composição



Fonte: SIAFI, 2017 extração: Tesouro Gerencial

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se os Órgãos contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2017, destacando-se na última coluna o percentual em relação ao total contratado.

Tabela 2.2 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

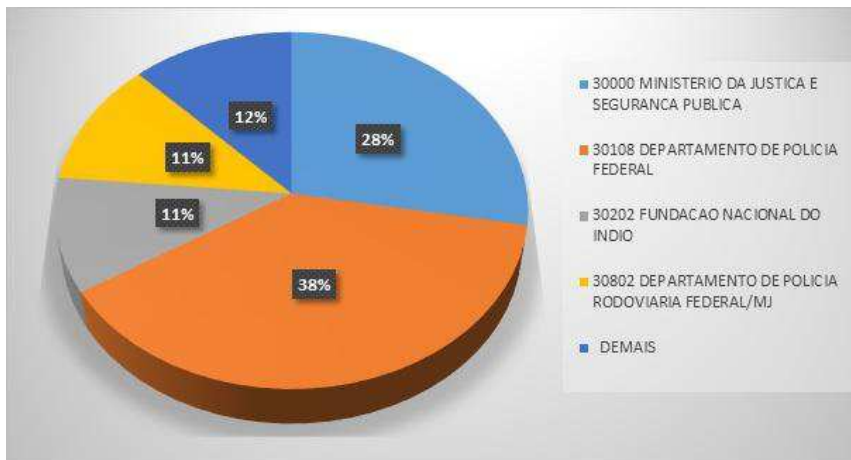
Órgão	R\$ milhares	
	31/12/2017	A/V (%)
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO	220.742	10,36
POLICIA RODOVIRIA FEDERAL/MJ	241.843	11,35
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PUBLICA	592.954	27,82
POLICIA FEDERAL	815.625	38,27
Demais	260.001	12,20
Total Geral	2.131.166	100,00

Fonte: SIAFI, 2017 extração: Tesouro Gerencial

Os Órgãos Fundação Nacional do Índio, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal são responsáveis por 87,8% do total de contratos a executar, enquanto que os demais Órgãos, ou seja, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Fundo Penitenciário Nacional, Fundo Nacional Antidrogas, Fundo Nacional para a Criança e Adolescente, Fundo Nacional do Idoso e o Fundo Nacional de Segurança Pública representam apenas 12,20% dos valores dos contratos a executar.

A Figura 2.2 a seguir ilustra a composição do total contratado, por Órgão, com base na Tabela 2.2:

Figura 2.2 - Obrigações Contratuais - Composição



Fonte: SIAFI, 2017 extração: Tesouro Gerencial

Na tabela 2.3 apresentada a seguir, são relacionados os contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2017, destacando-se na última coluna o percentual em relação ao total contratado.

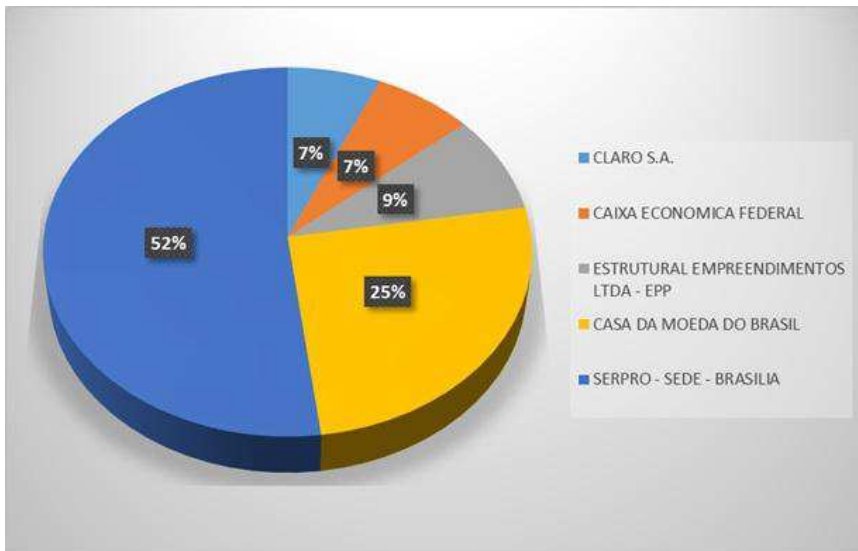
Tabela 2.3 – Obrigações Contratuais – Por Contratado e Órgão Contratante

	R\$ milhares	
	31/12/2017	A/V (%)
40432544000147	41.548.826,19	6,68
CLARO S.A.		
200342 . Coordenação de Tecnologia da Informação	41.548.826,19	6,68
00360305000104	44.185.084,05	7,10
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		
200330 . Secretaria Nacional de Segurança Pública	44.185.084,05	7,10
01715970000136	53.698.043,41	8,63
ESTRUTURAL EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP		
194035 . Fundação Nacional do Índio - Sede	53.698.043,41	8,63
179083	159.132.703,84	25,57
CASA DA MOEDA DO BRASIL		
200334 . Coordenação de Administração da Polícia Federal	159.132.703,84	25,57
806030	323.785.294,29	52,03
SERPRO - SEDE - BRASÍLIA		
200005 . Coordenação-Geral de Logística	256.435.347,69	41,20
200342 - Coordenação de Tecnologia da Informação	67.349.946,60	10,82
Total Geral	622.349.951,78	100,00

Fonte: SIAFI, 2017 extração: Tesouro Gerencial

Na Figura 2.3 a seguir é apresentada a ilustração da composição dos contratados mais significativos, com base na Tabela 2.3:

Figura 2.3 – Obrigações Contratuais – Por Contratados.



Fonte: SIAFI, 2017 extração: Tesouro Gerencial

Os contratados relacionados na tabela acima representam 47,98% do total a ser executado. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(A) 00360305000104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL: A Unidade 200330 informa que trata-se da prestação de serviços pela CONTRATADA na operacionalização de propostas enquadradas nos Programas e Ações vinculadas a Segurança Pública geridas pelo CONTRATANTE, lastreadas com recursos de investimento, consignados no Orçamento Geral da União, a título de transferências voluntárias a fim de propiciar o financiamento de projetos de engenharia, obras vinculadas a construções, conclusões, ampliações e reformas de estabelecimentos que contribuam com as políticas sociais de prevenção criminal;

(B) 40432544000147 - CLARO S.A.: Serviços de telefonia e RedeWan;

(C) 01715970000136 - ESTRUTURAL EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP: Referente a locação do imóvel situado no Setor Comercial Sul, Quadra 09, Edifício Parque Cidade Corporate, Brasília/DF, CEP 70.308-200, para abrigar as instalações da Fundação Nacional do Índio - Funai Sede.

(D) 179083 - CASA DA MOEDA DO BRASIL: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de emissão e personalização de documentos de viagem eletrônicos (passaporte comum, passaporte de estrangeiro e *laissez-passer*), incluindo a sua confecção, distribuição, integração com os sistemas existentes ou a serem desenvolvidos para melhoria dos processos existentes na Polícia Federal - PF, e para a fabricação e fornecimento de cadernetas de Passaportes de Emergência e de solução tecnológica que possibilite a personalização do Passaporte de Emergência pela PF, nos postos de atendimento de passaportes, de acordo com as especificações da Organização de Aviação Civil Internacional – OACI;

(E) 806030 - SERPRO - SEDE – BRASILIA: unidade gestora 200005 - COORDENACAO-GERAL DE LOGISTICA – CGL (MJ) - Prestação de serviços especializados em tecnologia da informação e comunicação – TIC, dotando e provendo o SINESP – Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas, e os entes federados de sistema de informação e gestão da informação, com uma base atualizada segura e confiável, capaz de subsidiar o processo de análise e tomada de decisão em segurança pública e elaboração de políticas públicas de segurança. De acordo com a UG 200334 – Coordenação Geral de Tecnologia e Informação, o contrato é referente à serviços de gerenciamento de conexões à Infovia e de TI especializados para os sistemas Promasp e GESP.

Em relação aos contratados relacionados acima, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações, discriminando-se valor contratado, valor a executar e vigência:

Quadro 2.1 – Contratados – Principais Transações.

Em R\$

Contratado	Objeto	Valor Contratado	Valor a Executar	Validade
00360305000104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	A prestação de serviços pela CONTRATADA na operacionalização de propostas enquadradas nos Programas e Ações vinculadas a Segurança Pública geridas pelo CONTRATANTE, lastreadas com recursos de investimento, consignados no Orçamento Geral da União, a título de transferências voluntárias a fim de propiciar o financiamento de projetos de engenharia, obras vinculadas a construções, conclusões, ampliações e reformas de estabelecimentos que contribuam com as políticas sociais de prevenção criminal.	4.300.000,00	3.826.524,56	31/03/2018
01715970000136 – ESTRUTURAL EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP	Locação do imóvel situado no Setor Comercial Sul, Quadra 09, Edifício Parque Cidade Corporate, Brasília/DF, CEP 70.308-200, para abrigar as instalações da Fundação Nacional do Índio - Funai Sede.	55.800.000,00	53.698.043,41	17/09/2017 a 16/09/2022
40432544000147 – CLARO S.A.	Serviços de telefonia e RedeWan.	63.497.400,43	34.833.273,32	12/09/2018
179083 - CASA DA MOEDA DO BRASIL	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de emissão e personalização de documentos de viagem eletrônicos (passaporte comum,	183.378.000,00	135.721.161,12	21/09/2018

	passaporte de estrangeiro e <i>laissez-passer</i>), incluindo a sua confecção, distribuição, integração com os sistemas existentes ou a serem desenvolvidos para melhoria dos processos existentes na PF, e para a fabricação e fornecimento de cadernetas de Passaportes de Emergência e de solução tecnológica que possibilite a personalização do Passaporte de Emergência pela Polícia Federal – PF, nos postos de atendimento de passaportes, de acordo com as especificações da Organização de Aviação Civil Internacional – OACI.			
806030 - SERPRO – REGIONAL BRASÍLIA – SEDE	Prestação de serviços especializados em tecnologia da informação e comunicação – TIC, dotando e provendo o SINESP – Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas, e os entes federados de sistema de informação e gestão da informação, com uma base atualizada segura e confiável, capaz de subsidiar o processo de análise e tomada de decisão em segurança pública e elaboração de políticas públicas de segurança – UG 200005.	Contrato 45/2013 (R\$ 238.166.785,65) Contrato 24/2016 (R\$ 45.810.074,40)	10.390.540,69 28.623.050,20	04/08/2017 01/01/2019
	Serviços de gerenciamento de conexões à Infovia e serviços de TI especializados para os sistemas Promasp e GESP.	1.937.888,40	0,00	31/12/2017

Fontes: TESOIRO GERENCIAL 2017 e Unidades Gestoras: 200331 (SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública), 200334 (COAD – Coordenação de Administração) e 200342 (Coordenação de Tecnologia da Informação).

O principal valor do grupo obrigações contratuais se refere ao Contratado 806030 - SERPRO – REGIONAL BRASÍLIA – SEDE, contrato visando a prestação de serviços especializados em tecnologia da informação e comunicação – TIC, dotando e provendo o SINESP – Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas, e os entes federados de sistema de informação e gestão da informação, capaz de subsidiar o processo de análise e tomada de decisão em segurança pública e elaboração de políticas públicas de segurança. Quanto ao contrato 45/2013, firmado entre a Coordenação Geral de Logística do Ministério da Justiça e Segurança Pública e o SERPRO, este se encontra totalmente exaurido restando apenas o ajuste na conta de contratos registrado no SIAFI.

Nota 03 – Imobilizado

O imobilizado do Ministério da Justiça está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, devem ser submetidos a depreciação, amortização ou exaustão, bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O imobilizado do Ministério da Justiça em 31/12/2017 totalizou R\$ 103 bilhões.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, em 31/12/2017 e em 31/12/2016, discriminando-se na última coluna a variação percentual ocorrida entre os períodos.

Tabela 3.1 – Imobilizado – Composição

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	3.147.525	3.067.551	2,6
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-641.101	-541.811	18,3
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0	0	0,0
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	100.992.468	94.405.155	7,0
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-12.291	-4.136	197,1
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0	0	0,0
Total	103.486.602	96.926.759	7,0

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017 extração: Tesouro Gerencial.

3.1 - Bens Móveis

Os Bens Móveis do Ministério da Justiça e Segurança Pública em 31/12/2017 totalizavam R\$ 2,5 bilhões e estão distribuídos conforme as contas contábeis na tabela a seguir, discriminando-se na última coluna a variação percentual ocorrida entre os períodos.

Tabela 3.2 – Bens Móveis - Composição

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	723.939	753.287	-3,9
Bens de Informática	553.425	540.502	2,4
Móveis e Utensílios	169.565	158.559	6,9
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	57.403	62.859	-8,7
Veículos	1.024.544	1.193.659	-14,2

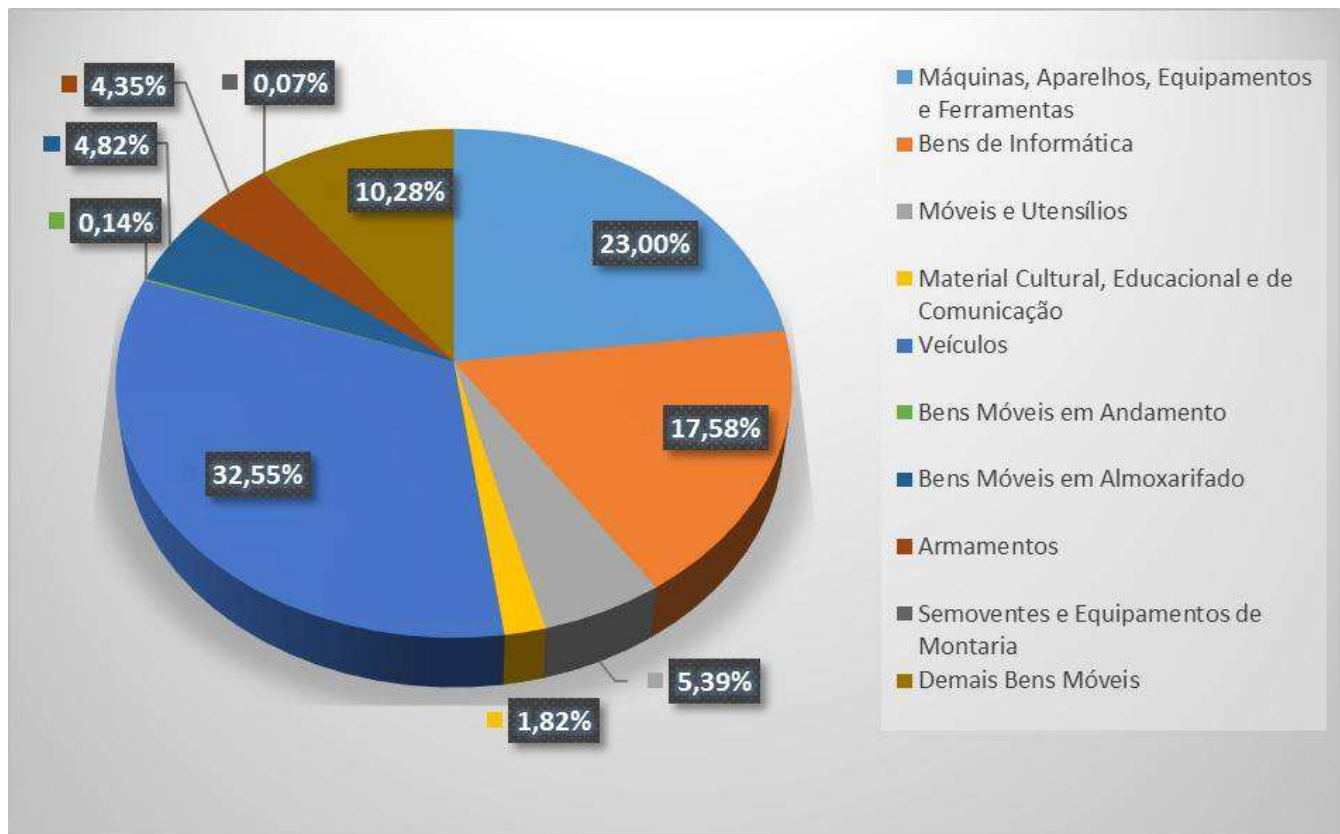
Bens Móveis em Andamento	4.302	7.156	-39,9
Bens Móveis em Almoarifado	151.711	211.809	-28,4
Armamentos	136.953	124.750	9,8
Semoventes e Equipamentos de Montaria	2.078	2.817	-26,2
Demais Bens Móveis	323.606	12.154	2562,6
Depreciação / Amortização Acumulada	-641.101	-541.811	18,3
Redução ao Valor Recuperável	0	0	0
Total	2.506.424	2.525.740	-0,7

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017 extração: Tesouro Gerencial.

A variação de 2.562,6% ocorrida em Demais Bens Móveis explica-se pelo registro na conta 12.311.99.07 – Bens não Localizados - na Unidade Gestora 200334 – Coordenação de Administração – COAD/DLOG/DPF, oriundo de lançamentos de bens não localizados, resultado de inventário feito no ano de 2017 pela Unidade.

A seguir, figura ilustrando a composição dos Bens Móveis, conforme valores apresentados na tabela 3.2:

Figura 3.1 - Bens Móveis – Composição



Fonte: SIAFI, 2016 e 2017 extração: Tesouro Gerencial.

Dos Bens Móveis registrados no Ministério da Justiça e Segurança Pública, destaca-se que os três principais, somados, representam 73,13% do total, a saber: Veículos (32,55%), Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas (23%) e Bens de Informática (17,58%).

Na tabela seguinte são apresentados alguns saldos de bens de maior relevância, registrados no Ministério da Justiça e Segurança Pública, por Unidade Gestora Executora - UGE, até dezembro de 2017:

Tabela 3.3 – Bens Móveis por Unidade Gestora

						RS milhares
	Conta Contábil	Código	Órgão UGE	UGE	Nome UG	30/09/2017
Bens de Informática	Equipamentos de Processamento de Dados	12.311.02.01	30000	200005	Coordenação-Geral de Logística	80.725
Máquina, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	12.311.01.02	30802	200109	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	53.755
Veículos	Veículos de Tração Mecânica	12.311.05.03	30000	200005	Coordenação-Geral de Logística-CGL	97.122
Total						231.602

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017 extração: Tesouro Gerencial.

3.2 - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Ministério da Justiça em 31/12/2017 totalizavam R\$ 101 bilhões e estão distribuídos nas contas contábeis a seguir, demonstrando-se a variação percentual entre os períodos na última coluna.

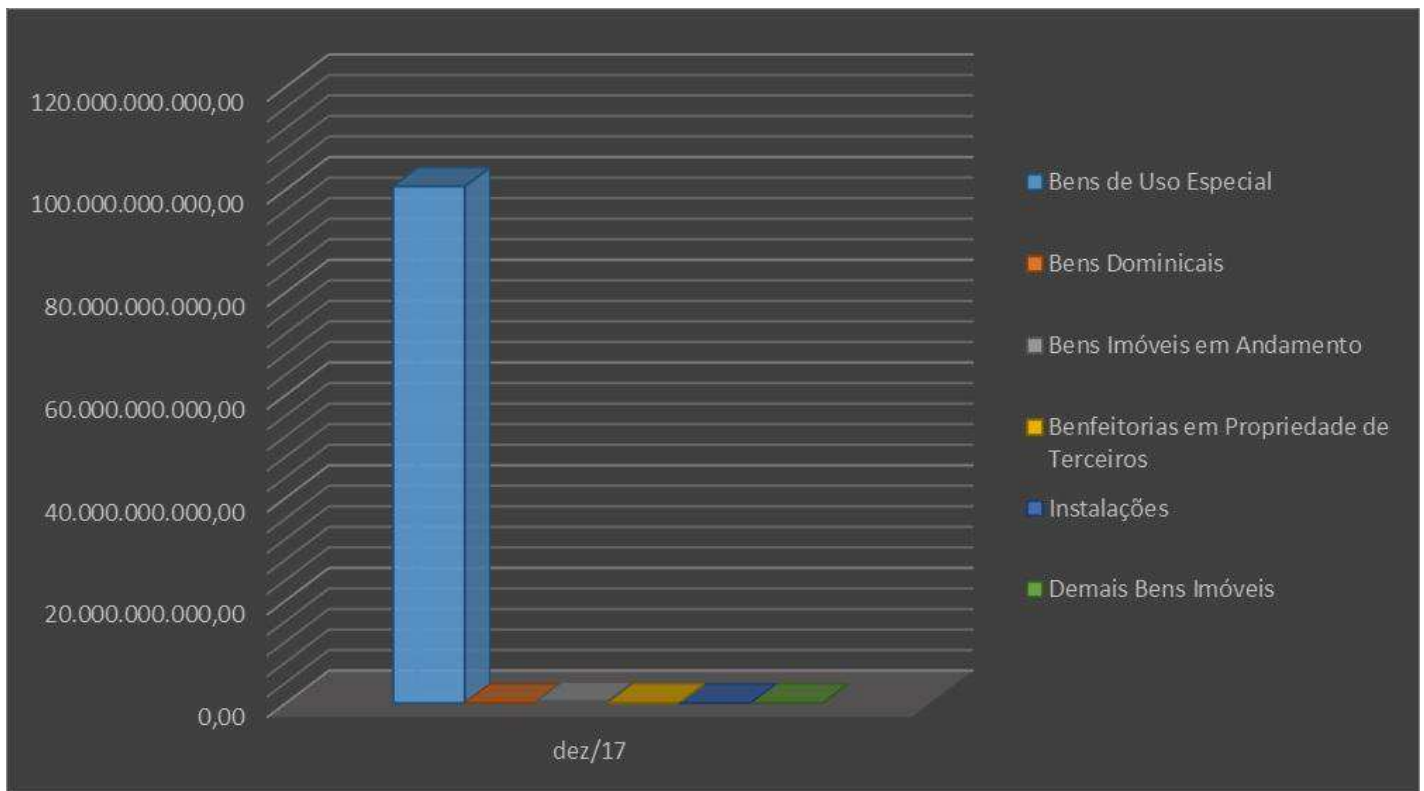
Tabela 3.4 - Bens Imóveis – Composição – Análise Horizontal

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Bens de Uso Especial	100.611.759	94.110.675	6,9
Bens de Uso Comum do Povo	0	0	0,0
Bens Dominicais	3.719	1.406	164,5
Bens Imóveis em Andamento	334.745	219.000	52,9
Instalações	14.431	8.592	68,0
Demais Bens Imóveis	636	636	0,0
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	27.179	64.846	-58,1
Redução ao Valor Recuperável	0	0	0,0
Depreciação / Amortização Acumulada	-12.291	-4.136	197,1
Total	100.980.178	94.401.018	7,0

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017 extração: Tesouro Gerencial.

A composição dos Bens Imóveis, com base na Tabela 3.4, é ilustrada na Figura a seguir:

Figura 3.2 - Bens Imóveis – Composição



Fonte: SIAFI, 2016 e 2017 extração: Tesouro Gerencial.

Os Bens de uso especial, em 31/12/2017, correspondiam a 99,6% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Ministério da Justiça, perfazendo o montante de R\$ 101 bilhões a valores brutos.

A composição dos Bens de Uso Especial é demonstrada na tabela a seguir, demonstrando-se na última coluna a variação percentual entre os períodos.

Tabela 3.5 - Bens de Uso Especial – Composição – Análise Horizontal

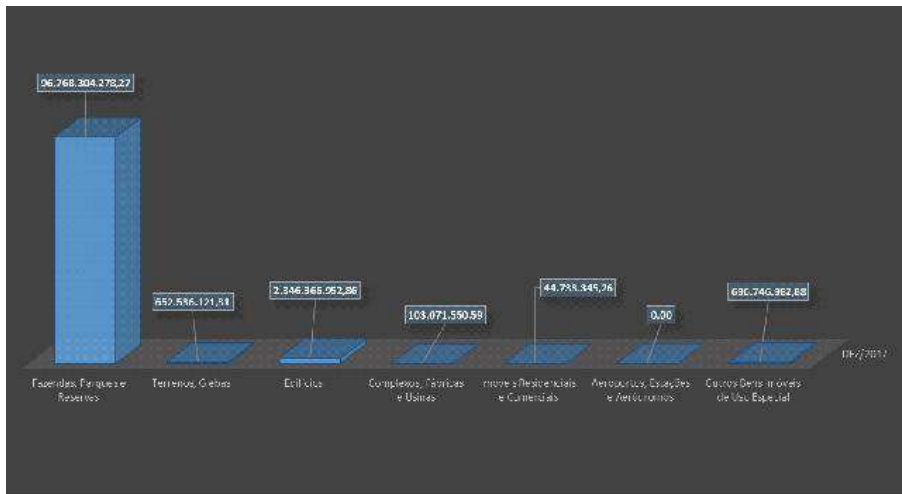
	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	96.768.304	90.710.150	6,7
Terrenos, Glebas	652.536	302.843	115,5
Aquartelamentos	0	0	0,0
Imóveis de Uso Educacional	0	0	0,0
Edifícios	2.346.367	2.254.273	4,1
Complexos, Fábricas e Usinas	103.072	103.310	-0,2
Imóveis Residenciais e Comerciais	44.733	39.803	12,4

Aeroportos, Estações e Aeródromos	0	0	0,0
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	696.747	700.297	-0,5
Total	100.611.759	94.110.675	6,9

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017 extração: Tesouro Gerencial.

A Figura a seguir ilustra a composição dos Bens de Uso Especial, conforme Tabela 3.5:

Figura 3.3 - Bens de Uso Especial – Composição



Fonte: SIAFI, 2016 e 2017 extração: Tesouro Gerencial.

Os bens de uso especial em 31/12/2017 mais relevantes, na composição do patrimônio imobiliário do Ministério da Justiça e Segurança Pública, são constituídos de fazendas, parques e reservas, representando 96,2% do total de Bens de Uso Especial.

1. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

2. Depreciação e Reavaliação

Quanto à depreciação e reavaliação, é apresentada a seguir a situação por Órgão Subordinado.

Ministério da Justiça - Órgão 30000

Não aplica integralmente os procedimentos previstos no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. A seguir, a situação por Unidade Gestora:

- 200005 (Coordenação-Geral de Logística) - Os bens imóveis são depreciados conforme lançamentos registrados pela Secretaria do Tesouro Nacional, UG 170999 (Coordenação de Contabilidade), conforme planilha encaminhada pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU.
- 200247 (Arquivo Nacional) os bens imóveis são depreciados conforme lançamentos registrados pela Secretaria do Tesouro Nacional, UG 170999 (Coordenação de Contabilidade), conforme planilha encaminhada pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU. Não há registro de depreciação de bens móveis registrados. A unidade não se manifestou quanto a referida depreciação. Falta reavaliação dos bens móveis e imóveis;
- 200262 (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres) possui registros de bens imóveis, contabilizados indevidamente. Os valores serão revistos e regularizados. Não existe contabilização de depreciação e reavaliação;
- 200263 (Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial) tem registro de depreciação do bem imóvel. Não possui lançamentos de reavaliação de bens.

Fundação Nacional do Índio - Órgão 30202

A falta de registro de Depreciação na Funai decorre, principalmente, da não conclusão da avaliação patrimonial pelas unidades gestoras. Em que pese a criação, em algumas unidades, de comissões patrimoniais de avaliação de bens, os trabalhos não têm evoluído na velocidade esperada, tendo em vista a carência de pessoal e necessidade de capacitação dos servidores envolvidos, que alegam falta de conhecimento técnico para regularizar a situação.

Espera-se que, com a nomeação de servidores concursados, ocorrida no fim de dezembro de 2017, as falhas sejam mitigadas durante o exercício de 2018.

Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE - Órgão 30211

Quanto aos métodos e critérios adotados para depreciação, amortização e exaustão, não houve modificação de procedimento na contabilização para este quarto trimestre em relação ao exercício de 2017.

A metodologia aplicada para estimar a vida útil dos bens permanentes é o da tabela inserida na macrofunção 020330, observando-se o período anual e mensal dos bens a serem depreciados, de modo que, o CADE efetua a depreciação mensalmente (método linear ou cotas constantes).

As taxas e prazos utilizados para o cálculo da depreciação dos bens patrimoniais (Ativo Imobilizado) são os constantes na macrofunção 020330.

Quanto à amortização, o CADE tem classificado como bens passíveis dessa contabilização os softwares, para os quais efetua-se de forma normal a sua apuração e conseqüentemente, a contabilização. O método para a realização do cálculo é o linear ou cotas constantes, conforme macrofunção 020330.

Quanto à exaustão, o CADE não tem classificado contabilmente em seu ativo, bens passíveis dessa apuração e/ou contabilização.

Departamento de Polícia Rodoviária Federal - Órgão 30802

O Órgão apresentou registros depreciação dos bens imóveis, porém existem bens registrados e não depreciados. Não são adotados integralmente os procedimentos de reavaliação de bens imóveis. Quanto aos bens móveis, estes são depreciados mas não são adotados os procedimentos de reavaliação de bens móveis.

Fundo Penitenciário Nacional - Órgão 30907

Apenas a conta de Presídios/Delegacias está sendo depreciada. O Órgão possui contabilizados Edifícios e Bens Imóveis não Registrados no sem os registros correspondentes de depreciação. A Unidade não faz a gestão patrimonial de seus bens móveis e imóveis.

Fundo Nacional Antidrogas - Órgão 30912

Secretaria Nacional Antidrogas - Fundo Nacional Antidrogas, possui bens contabilizados como "outros bens imóveis registrados no SPIUNET" sem o correspondente registro de depreciação. Não há registro contábil de reavaliação dos bens imóveis. A Unidade não faz a gestão patrimonial de seus bens móveis.

3. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Não existem no Ministério da Justiça registros de redução ao valor recuperável de ativos.

4. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizado pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido. Na tabela a seguir, consta as Unidades Gestoras, por Órgão, das alterações envolvendo os ajustes de exercícios anteriores:

Tabela 3.6 – Transações Ajustes de Exercícios Anteriores / Imobilizado*

Órgão UGE	UG Executora	Documento Origem	Documento	Classificação Contábil	Doc - Observação	Dia Lançamento	Conta Contábil		
							23.711.03.00	23.711.03.00	23.711.03.00
							OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017
30108	200334	2017PA000989	200334/00001 2017NS011058	12.31.102.01	INCORPORACAO REFERENTE AO PRC 08200.015028/2017-53 . REF. NR 27764-2017 - DOACAO DE MATERIAIS DO SESGE/MG	16/10/2017	98.750,00		
		2017PA000990	200334/00001 2017NS011103	12.311.01.02	CONFORME PRC 08200.015627/2017-77 - MATERIAIS RECEBIDOS PELA SESGE-MJ - CORRESPONDENTE NR 27833/2017 -	16/10/2017	9.756,00		
				12.311.04.05	CONFORME PRC 08200.015627/2017-77 - MATERIAIS RECEBIDOS PELA SESGE-MJ - CORRESPONDENTE NR 27833/2017 -	16/10/2017	9.756,00		
		2017PA001058	200334/00001 2017NS012302	12.311.02.1	CONFORME PRC 08200.019719/2017-26 - CARTOES DE MEMORIA QUE SE TRANSFORMARAM EM MATERIAL DE CONSUMO.	20/11/2017		-3.000,00	
200342	2017PA000447	200342/00001 2017NS002203	12.311.02.01	ESTORNO DA NL 26/17, REGISTRO DE SALDO INVERTIDO NAS CONTAS CONTABEIS 128100000 - ATIVOS A CLASSIFICAR E RPNP EM LIQUIDACAO 218919501, DEVIDO A ANULACAO DO EMPENHO 2015NE800418 QUE ESTAVA EM RAP EM LIQUIDACAO BLOQUEADO 63152.00.00, DOC. APROPRIADO POR MEIO DE 2016NP000278 (2016NS814) E ESTORNADO POR MEIO DA (2016NS1001), INCLUIDO EM RAP EM LIQUIDACAO POR MEIO DA 2016NP000364 NA CONTA 123110201 POR MEIO DA (2016NS001172) EM 30/08/16 E INSERIDO NO ELOG EN 29/06/16- NS814	31/12/2017			-221.656,50	
				200342/00001 2017NS002204	12.311.02.01	ESTORNO DA NL 26/17, REGISTRO DE SALDO INVERTIDO NAS CONTAS CONTABEIS 128100000 - ATIVOS A CLASSIFICAR E RPNP EM LIQUIDACAO 218919501, DEVIDO A ANULACAO DO EMPENHO 2015NE800418 QUE ESTAVA EM RAP EM LIQUIDACAO BLOQUEADO 63152.00.00, DOC. APROPRIADO POR MEIO DE 2016NP000278 (2016NS814) E ESTORNADO POR MEIO DA (2016NS1001), INCLUIDO EM RAP EM LIQUIDACAO POR MEIO DA 2016NP000364 NA CONTA 123110201 POR MEIO DA (2016NS001172)	31/12/2017		

					EM 30/08/16 E INSERIDO NO ELOG EN 29/06/16-NS814					
30802	200109	2017PA001025	200109/00001 2017NS012408	12.421.01.02	BAIXA DE LINHAS TELEFONICAS ADQUIRIDAS EM 1993, CONSIDERANDO QUE O VALOR DE MERCADO OU PRECO JUSTO ATUAL DE LINHA TELEFONICA E IGUAL A ZERO, OU SEJA, ESSE TIPO DE ATIVO PERDEU TODO O SEU VALOR ECONOMICO.	20/11/2017		-114,21		
		2017PA001027	200109/00001 2017NS012412	12.421.01.02	BAIXA DE LINHAS TELEFONICAS ADQUIRIDAS EM 1992, CONSIDERANDO QUE O VALOR DE MERCADO OU PRECO JUSTO ATUAL DE LINHA TELEFONICA E IGUAL A ZERO, OU SEJA, ESSE TIPO DE ATIVO PERDEU TODO O SEU VALOR ECONOMICO.	20/11/2017		-9,49		
		2017PA001039	200109/00001 2017NS012482	12.421.01.02	BAIXA DE LINHAS TELEFONICAS, VISTO QUE O VALOR ATUAL DE UM BEM E O VALOR DE MERCADO DO BEM, E AS LINHAS TELEFONICAS ATUALMENTE POSSUEM VALOR IGUAL A ZERO.	21/11/2017		-6.175,49		
	200117	2017PA000238	200117/00001 2017NS002972	12.421.01.02	BAIXA DE SALDOS NAO CORRESPONDENTES A ATIVOS, CONFORME APURADO NO PROCESSO 08650.025361/2017-72. ZSALDO REFERENTE A AQUISICAO DE LINHAS TELEFONICAS, EFETUADAS ATRAVES DAS NOTAS DEM EMPENHO 91NE00238, 92NE00387 E 93NE00383, E PAGAS CONFORME OS DOCUMENTOS 91NL00894, 92OB00921 E 94OB00044, RESPECTIVAMENTE.	13/12/2017		-2.088,40		
	200141	2017PA000195	200141/00001 2017NS001162	12.421.01.02	BAIXA DE MATERIAL INTANGIVEL, CONFORME DETERMINACAO DO PROCESSO 08650.025366/2017-03.	28/12/2017			-82,17	
		2017PA000196	200141/00001 2017NS001163	12.411.02.01	BAIXA DE ATIVOS INTANGIVEIS, CONFORME PROCESSO 08650.025366/2017-03.	28/12/2017			-4.475,00	
	Total							118.262,00	-9.299,19	658.323,93

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017 extração: Tesouro Gerencial.

*** Denominação das Unidades Gestoras Executoras na Tabela 3.6:**

200109 – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

200117 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM SÃO PAULO

200141 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

200334 – COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO-COAD/DLOG/DPF

200342 – COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO

Nota 4 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2017, o Ministério da Justiça e Segurança Pública apresentou um saldo de R\$ 129,5 milhões contabilizados como intangíveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2017 e 2016, destacando-se na última coluna a variação percentual entre os períodos.

Tabela 4.1 – Intangível – Composição.

	31/12/2017	31/12/2016	A/H(%)
Software com Vida Útil Indefinida	68.094	1.210	5527,19%
Software com Vida Útil Definida	61.655	127.513	-51,65%
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	187	195	-4,34%
Amortização Acumulada	-551	-367	50,16%
Total Geral	129.385	128.552	0,65%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017 extração: Tesouro Gerencial.

No intangível, considerando-se o valor total, destaca-se o item *Software com Vida Útil Indefinida*, que representa 52,63% do total de intangíveis ao fim do ano de 2017.

Comparando-se o saldo apresentado em 31/12/2016 com o saldo de 31/12/2017, verifica-se no item *Software com Vida Útil indefinida* um crescimento elevado devido a ajustes ocorridos no final do trimestre de 2017, envolvendo transferência de saldos da conta de **SOFTWARES COM VIDA ÚTIL DEFINIDA** para a conta **SOFTWARES COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA**. Esses movimentos estão concentrados nos Órgãos Departamento de Polícia Federal – PF e Departamento Polícia Rodoviária Federal – PRF.

No quadro abaixo listamos os lançamentos mais significativos contabilizados ao longo do exercício de 2017, no Órgão Superior Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Quadro 4.1 – Principais Transações:

Unidade Gestora	Identificação Intangível	Descrição	Valor	Data de Referência
200334 / 00001 - COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO - COAD/DLOG/DP	P BM0022013 FÁBRICA DE SOFTWARES - BASIS - CT 02/2013	REGULARIZAÇÃO CONTÁBIL DE SOFTWARE, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO PROCESSO 08200.301515/2016-55. 2017NL000028	8.355.632,66	27/12/2017
200342 / 00001 - COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	P ISPF00006 - PF – ADMINISTRATIVO	REGULARIZAÇÃO CONTÁBIL DE SOFTWARE, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO PROCESSO 08200.301515/2016-55. 2017NL000018	4.403.648,00	28/12/2017
303001 - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	P 09571988000113 ATA COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE REDE E EXPANSÃO DE LICENÇA USO CISCO. PROCESSO: 08700.007253/2016-02. (RESTOS A PAGAR)	61.133,00	16/05/2017
	P 303001 CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	REGULARIZAÇÃO DE SALDO EM CONTAS DE PATRIMONIO REFERENTE PAGAMENTO DA NFPSE 60 54 DA TOCCATO TECNOLOGIA, PROCESSO: 08700.008322/2016-97.	24.490,00	24/02/2017
200109 / 00001 - DEPTO.DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL	P 01705972000144 MAXTERA TECNOLOGIA, SISTEMAS E COMERCIO LTDA	RECLASSIFICAÇÃO DE SOFTWARE CONFORME PROCESSO SEI Nº 08650.024800/2017-20. 2017NL000134	6.070.522,51	17/11/2017
TOTAL			18.915.426,17	

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017 extração: Tesouro Gerencial.

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

Não existe registro de ajuste no intangível no âmbito do Órgão Superior Ministério da Justiça e Segurança Pública e não há avaliação dos ativos do intangível quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

Não existe registro de ajuste no âmbito do Órgão Superior Ministério da Justiça e Segurança Pública referente a exercícios anteriores realizados no intangível.

Nota 05 – Informações Adicionais

A estrutura do Ministério da Justiça foi alterada pela Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, convertida na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Passam a integrar o Ministério dos Direitos Humanos (Órgão 81000) as Unidades Gestoras:

- Secretaria Especial de Direitos Humanos (200261);
- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (200263);
- Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (200265);
- Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa Idosa (200264);
- Secretaria Especial para a Criança e o Adolescente (200266);
- Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (307001);
- Fundo Nacional do Idoso (307002).

Tiveram seus saldos transferidos ao Órgão 81000, na data de 14 de novembro de 2017, as Unidades:

- Secretaria Especial de Direitos Humanos (200261);
- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (200263);
- Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (200265);
- Secretaria Especial para a Criança e o Adolescente (200266).

Os Fundos Nacionais para a Criança e o Adolescente (307001) e do Idoso (307002) tiveram suas tabelas de Órgão alteradas no SIAFI e passaram a compor o Ministério dos Direitos Humanos em 12 de janeiro de 2018.

Passou a integrar a Presidência da República (Órgão Superior 20101, Subordinado 20122) a Unidade:

- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (200262);

Os saldos foram transferidos em 11 de janeiro de 2018.

LEONARDO SOARES BARREIROS

Chefe da Divisão de Análise e Acompanhamento Contábeis

DIACO/CONTAB/SPO/SE/MJ

De acordo,

SÉRGIO RODRIGUES DA SILVA

Coordenador de Contabilidade

CONTAB/SPO/SE/MJ

Aprovo.

CHRISTIANE MARANHÃO DE OLIVEIRA

Subsecretária de Planejamento e Orçamento

SPO/SE/MJ



27/04/2018, às 18:03, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO RODRIGUES DA SILVA, Coordenador(a) de Contabilidade**, em 27/04/2018, às 18:03, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Christiane Maranhão de Oliveira, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 30/04/2018, às 12:40, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **6286482** e o código CRC **4CFD017F**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.